

09- Diversos

3000- Despesas Correntes

3100- Despesas de Custo

3130 - Serviços de Terceiros

Publicações diversas c/ R\$ 8.000,00-

Artigo 2º. As despesas autorizadas por esta lei, correrão por conta dos seguintes recursos:

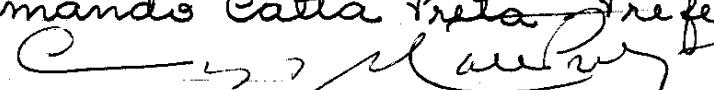
a) Anulação parcial do crédito adicional especial aprovado através da lei nº 826 de 23/04/73, no valor de c/ R\$ 6.000,00.

b) Por conta do saldo financeiro apurado no Balanço Patrimonial e transferido para o corrente exercício c/ R\$ 2.000,00.

Total das anulações: c/ R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

Artigo 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Olândia, 20 de julho de 1.973.

Dr. Cyro Armando Catta Preta, Prefeito
municipal 

Eu, Clinda Segantini, registrei.

Lei nº 837

de 20 de julho de 1.973.

Define o conceito de moradia econômica e pequena reforma para o feito de dispensa de assistência

23

e responsabilidade técnica por profissional habilitado.

Faço saber que a Câmara municipal de Orlando, Estado de São Paulo, aprovou e eu, Dr. Cyro Armando Catta Preta, Prefeito municipal, sancionei a seguinte lei:

Artigo 1º - A Prefeitura municipal de Orlando, através do órgão competente, poderá aprovar, a requerimento do interessado, projeto de moradia econômica e de pequena reforma, no qual figure apenas o autor do projeto, dispensando-se o responsável pela execução, tudo de acordo com o que estabelece o Atº nº 6 do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - 6ª Região.

Artigo 2º - Para efeito de concessão e concessante o referido Atº nº 6, moradia econômica é a que atende os seguintes requisitos:

- a) Ser de um só pavimento e destinarse exclusivamente à residência do interessado;
- b) não possuir estrutura especial, nem exigir cálculo estrutural;
- c) ter área de construção não superior a 50 m², inclusive dependências ou futuro acréscimo;
- d) ser unitária, não constituindo parte de agrupamento ou conjunto de realização simultânea;
- e) Em sua construção se empreguem

os materiais mais simples, econômicos e existentes em maior volume e facilidade no local e capazes de proporcionar a ela um mínimo de habilidade, solidez e higiene.

Artigo 3º - Para o mesmo fim do artigo anterior, considera-se pequena reforma a que atende os requisitos adiante:

- a) ser executada no mesmo pavimento do prédio existente;
- b) não exigir estrutura ou arcalhado de concreto armado;
- c) não ultrapassar a área de 25 m², caso contenha reconstruções ou acréscimos;
- d) não afetar qualquer parte do edifício situado no alinhamento da via pública;
- e) não ultrapassar, em se tratando de reforma ou acréscimo em casa popular, a área total de 50 m², considerando nesse total a área de edificação existente e da reforma.

Artigo 4º - O projeto a ser aprovado poderá ser apresentado pelo requerente ou poderá ser fornecido pela Prefeitura, que determinará a elaboração de diversos projetos tipos básicos, mas sempre deverá ser de autoria de profissional legalmente habilitado, que o assinará, indicando o número de sua carteira expedida pelo CREA, ficando dispensada a assistência e a responsabilidade técnica de profissional habilitado desde que tenha profissional a seu serviço, funcionário ou contratado.

Artigo 5º - As vantagens do Ato nº 6 do CREA / 6ª Região só poderão ser concedidas a mesma pessoa, uma vez cada cinco anos.

Artigo 6º - As dispensas de que trata o artigo 4º do Ato nº 6 do CREA / 6ª Região somente poderão ser deferidas após a assinatura, pelo interessado, do documento no qual declare:

- a) que está ciente das penalidades legais impostas aos que fazem falsas declarações;
- b) que se obriga a seguir os projetos deferidos, responsabilizando-se pelo mau uso da licença concedida;
- c) que está ciente de que passa a ser responsável pela obra;
- d) a área da moradia econômica;
- e) que está ciente de que está obrigado sob pena de multa de 5% a 50% do salário mínimo regional, a fixar, à frente da obra, uma placa cujas dimensões e características são estabelecidas pelo Ato nº 6;
- f) quem foi o autor do projeto, nome e nº da carteira do CREA;
- g) se o projeto foi ou não fornecido pela Prefeitura, indicando na afirmativa, qual o projeto (tipo, área) fornecido.

Artigo 7º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei, estabelecendo as condições que devam ser atendidas pelos interessados para se beneficiarem com

o fornecimento de cópias heliográficas, memoriais, requerimentos, declarações e placas de obra.

Artigo 8º. A presente lei entrará em vigor na data de sua afixação no local próprio, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Orlândia, 20 de julho de 1.973.

Dr. Gyro Bernardo Catta Preta - Prefeito Municipal. *N. M. au wj*
Eu, Olinda Segantini, registrei:

Lei nº 838
de 21 de julho de 1.973

Intervir o Poder Executivo municipal a receber a importância de Cr\$ 60.313,60, pela expropriação de 7.085 m², pertencentes ao município.

Faço saber que a Câmara municipal de Orlândia, Estado de São Paulo, aprovou, e eu, Dr. Gyro Bernardo Catta Preta, Prefeito municipal, sanciono a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica o poder Executivo municipal autorizado a receber, nos autos do processo nº 208/71 do Cartório do 2º Ofício desta Comarca, a importância de Cr\$ 60.313,60 (sessenta mil, trezentos